

## 2. Histórico das Definições

Antes de analisar algumas realizações do *sujeito*, apresento um resumo das conceituações que têm sido sistematicamente apresentadas pelas gramáticas de Língua Portuguesa. Procurei traçar um roteiro que perfizesse um percurso histórico desde as primeiras gramáticas brasileiras de Língua Portuguesa<sup>4</sup> mais antigas que qual mencionassem o estudo do *sujeito*, até aquelas da contemporaneidade atentando para as diferenças e similitudes existentes entre elas.

Estabeleci uma revisão de literatura distribuindo as obras pesquisadas, cronologicamente<sup>5</sup>, antes e depois da publicação da NGB (Nomenclatura *Gramatical Brasileira*) em 1958 e listei a partir desta data as gramáticas e compêndios gramaticais que são mais adotados, estudados e citados até hoje - início do século XXI.

Como a noção sintática de *sujeito* é apresentada em todos os materiais examinados a partir de *definições e exemplos*, recorreremos, primeiramente, à lógica aristotélica a fim de compreendermos os fundamentos dos modelos largamente praticados nas gramáticas.

### 2.1 A definição a partir da logística de Aristóteles

“A linguagem é sobretudo um significado que tem de ser organizado lógica ou gramaticalmente” (Platão)

O estudo da noção sintática de *sujeito* a partir das definições que são apresentadas nas gramáticas, tanto científicas quanto pedagógicas, serão analisadas sob a perspectiva da gramática sistêmica de Halliday e das metafunções por ele

---

<sup>4</sup> Também foram incluídos autores portugueses de destaque como Epiphânio Dias.

<sup>5</sup> O recorte temporal acordado vai do final do século XIX, abarca todo o século XX, até o início do século XXI. O critério de escolha das gramáticas baseou-se na relevância para o tema pesquisado e também na importância que tiveram as obras, dadas as reedições e adoções constantes nas escolas brasileiras para o ensino da Língua Portuguesa.

sistematizadas. Entretanto, pareceu-nos bastante pertinente investigarmos em que momento da história da linguagem a definição passou a ser utilizada com relação ao estudo da língua.

Sendo assim é inevitável a recorrência aos estudos clássicos da Grécia antiga e aos postulados filosóficos instituídos por lá. No dizer de Kristeva (1969, p.125)

“Estabelecendo as bases do raciocínio moderno, a filosofia grega forneceu também os princípios fundamentais segundo os quais a linguagem foi pensada até os nossos dias. Com efeito, embora a lingüística destes últimos anos e a teoria da significação em geral se afastem cada vez mais das noções tradicionais que dominaram a reflexão clássica sobre a linguagem, trata-se ainda de um fenômeno muito recente e pouco firme. Durante muitos séculos, os princípios aperfeiçoados pelos gregos conduziram as teorias e as sistematizações lingüísticas na Europa. E embora cada época e cada tendência tenha decifrado a sua maneira os modelos legados pelos gregos, as conceitualizações fundamentais da linguagem, tal como as classificações de base, permanecem constantes.”

A definição de um termo de análise sintática, da forma como conhecemos, encontra subsídios na lógica aristotélica. A lógica aristotélica aprimorou-se com base na escola platônica que dentre tantas questões pensadas e discutidas, atribuiu à excelência dos seus discípulos, dentre eles Aristóteles, a tarefa de discutir e postular determinadas questões – em particular aquelas que dizem respeito à linguagem.

Ainda sobre o legado dos gregos, sabe-se que foram eles, depois dos fenícios, os primeiros a utilizarem o alfabeto tal qual conhecemos hoje. Os fenícios, segundo Possidônio ( *apud* Kristeva, 1969, p.126) foram os primeiros atomistas, inventores do alfabeto. A diferença entre os fenícios e os gregos é que os primeiros apresentaram o alfabeto com base consonantal. Enquanto os gregos incluíram as vogais, dando para cada letra um nome, marcado pelo seu fonema inicial.

O pensamento grego entendia a linguagem como um sistema formal, distinto de um exterior significado por ela, ou seja distinto do mundo real. Tinham-se razões bastante relevantes para que esta separação entre linguagem e mundo real fosse motivada:

- Primeiro a escrita era alfabética;
- Depois predominavam a teoria platônica e pós-platônica;
- Por último, começava a surgir a concepção de gramática como a arte de ‘bem escrever’.

Como se pode perceber a ideologia da época inaugurava uma forma de pensar a linguagem baseada primeiro na sonoridade e depois na crença da equivalência entre o pensar e o falar. Encontramos nos diálogos de Platão, em especial no *Crátilo*<sup>1</sup>, algumas justificativas para estes pensamentos:

“De acordo com as teorias postas nos lábios de Krátilos e nos de Sócrates, a linguagem seria natural no sentido de que as palavras são imitações das coisas, mas há nela também elementos introduzidos pelo acaso, propositalmente e pelas convenções; além disso as línguas estrangeiras também influenciam o desenvolvimento das línguas locais. As etimologias dadas no diálogo são geralmente pueris.” ( Dicionário Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina de Paul Harvey. Trad. Mário da Gama Kury Ed Jorge Zahar p. 143)

Típicos dos diálogos platonianos, os temas debatidos eram problematizados, como, por exemplo, a relação entre o *falar* e o *dar nomes à coisas*. No *Crátilo*, observa-se a referência à composição das palavras e à etimologia; questiona-se, no *diálogo cratiliano*, se os nomes seriam dados às coisas por um contrato social ou pela natureza delas: “A linguagem é uma criação humana (convencional) e provém da essência das coisas que representa (é natural), por isso é uma obrigação ou lei para a sociedade .” (Kristeva, *ibid.*, p.127)

A linguagem, às margens do pensamento platônico, tem função didática e é vista como instrumento de conhecimento. Platão também faz menção a questões afetas à origem da linguagem e à relação que mantêm entre si forma e significante e a arbitrariedade do signo lingüístico. O nome é o revelador da essência das coisas, porque a elas se assemelha. Sob este ponto de vista o significado é isolado do significante, porque criar palavras consiste em encontrar um invólucro para a idéia pré-existente.

Assim, Platão faz referências esparsas, de natureza lingüística, relativas à sintaxe e à semântica, muito embora Kristeva (*ibid.*, p.132) considere que a teoria platônica, longe de ser formal, é em primeiro lugar semântica. A teoria platônica do discurso equivale à teoria filosófica em que se misturam considerações lingüísticas (sistemizações das categorias lingüísticas) e considerações lógicas (referentes às leis do sentido e significação). Platão separa o *real* do *símbolo* e cria a *área da idéia*. Na

---

<sup>1</sup> *Crátilo* ( *Krátylos*) diálogo de Platão sobre a origem da linguagem. *Crátilos era um filósofo da Escola de Herácreitos (v.) e amigo ou professor de Platão* ( cf. Dicionário Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina de Paul Harvey. Trad. Mário da Gama Kury Ed Jorge Zahar p. 143)

área da idéia é que Aristóteles moverá a sua teoria de ordem lógica: as coisas não serão encaradas do ponto de vista dos fatos, mas do ponto de vista das noções e definições.

Assim, o *logos*, para Aristóteles, é uma enunciação, uma fórmula, uma explicação, um discurso explicativo ou um conceito. *Lógica* torna-se sinônimo de *conceito*, de significação, de regras de verdade. A linguagem, sob a perspectiva de Aristóteles, passa a ser encarada não do ponto de vista dos fatos, mas do ponto de vista das *noções e definições*. Sobre a relação *logos/coisa* Aristóteles (*apud* Kristeva, *ibid.*, p. 133) afirma que : “Só há equidade das coisas cuja enunciação é uma definição”. Pertence ao pensamento tudo o que tem de ser estabelecido pela linguagem e:

“Como a definição é uma enunciação que está para a coisa na mesma relação da parte da enunciação para a parte da coisa, põe-se logo o problema de saber se a enunciação das partes deve ou não estar presente na enunciação do todo. (...) Uma enunciação falsa é aquela que enquanto falso, exprime o que não é” (*idem, ibidem, p.137*)

Aristóteles agiu na tentativa de empreender uma análise rigorosa da estrutura lingüística. A gramática geral Aristotélica é parte da gramática formal. A proposta de ‘definição’ da lógica formal subsiste no vocabulário lingüístico descritivo de nossos dias, do século XX ao século XXI. Antes do período de Alexandria não havia na Grécia uma verdadeira gramática.

Mas, Aristóteles já tinha formulado algumas distinções importantes de categorias e as suas definições: separando nomes de verbos; diferenciando uma palavra de uma proposição; considerando que a palavra substitui ou designa qualquer coisa, a proposição afirma ou nega um predicado ao seu sujeito, ou diz se o *sujeito* existe ou não.

Em última análise a *gramática* de trás para frente teve o seguinte percurso recapitulativo: primeiro foi isolada como Lógica e submetida à teoria das noções e das definições, com as sistematizações do significado; depois abstraída da Filosofia, constituiu-se em a Gramática: ciência normativa de um objeto particular.

## 2.2 Gramática: abordagem histórica

“Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; trata-se, agora, de transformá-lo” (Karl Marx)

A concepção de gramática bastante difundida<sup>2</sup> como um “conjunto de regras do bem falar e bem escrever” (Miotto, 1999, p.17) tem a sua história diretamente ligada à evolução do pensamento lingüístico. Não cabe aqui apresentar com minúcias toda trajetória da história da tradição gramatical pela história da lingüística, mas é conveniente afirmar que a língua, mesmo que sob enfoques distintos, tem sido pensada e repensada ao longo da trajetória do homem na civilização. Além do mais, são os modelos ditos tradicionais que propiciam a conscientização primária sobre a língua que usamos.

Apesar de ser amplamente criticada como ultrapassada e normativa devemos à tradição gramatical que remonta à antiguidade greco-romana boa parte de nossa informação gramatical. A classificação das palavras e suas variações tal qual são ensinadas, hoje em dia, são herança que recebemos da análise gramatical proposta pelos gregos. Protágoras, no século V a.C., estabeleceu para a língua grega os três gêneros e Platão distinguiu os nomes dos verbos. Aristóteles, no séc. IV a .C., denominou de *intermediário* o gênero que hoje intitulamos de *neutro* e identificou variações temporais no verbo grego. Os estóicos distinguiam quatro partes do discurso: nome, verbo, conjunção e artigo, sendo que o adjetivo integrava a classe do nome. Os alexandrinos estabeleceram paradigmas flexionais e acrescentaram às categorias do nome, verbo, conjunção e artigos, as classes do pronome, advérbio, preposição e particípio.

A disciplina gramática, tal qual conhecemos hoje, aparece na época helenística (Neves, 2002, p.50). Dionísio da Trácia deu à gramática uma forma que por muito tempo foi definitiva e cujos traços ainda são reconhecidos nas gramáticas ocidentais. A gramática dionisiana, segundo Neves (ibid., p.52), indica a leitura praticada segundo as regras da prosódia; a explicação dos poetas segundo os tropos

---

<sup>2</sup> Há outras concepções de vários estudiosos no assunto.

que nelas aparecem; explicação natural dos fatos lingüísticos e históricos; investigação etimológica; exposição de analogia e julgamento das obras.

Um outro gramático de extrema importância à história da gramática ocidental foi Apolônio Díscolo, do II século d.C. A sua importância deve-se ao fato de ele ter inaugurado os estudos da análise sintática. Além disso, a sua obra é muito extensa, os assuntos tratados cobrem quase todo o campo da análise lingüística e o peso das suas conceituações é bastante forte na história das idéias gramaticais.

No séc XIX tivemos como expoente os estudos comparatistas (Weedwood, 2002, passim) e o desenvolvimento do método comparativo. Finalmente, no século XX inauguram--se duas grandes correntes que influenciaram sobremaneira as gramáticas científicas: o estruturalismo e o funcionalismo. O estruturalismo teve com expoentes três grandes nomes: Bloomfield (estruturalismo americano), Saussure (estruturalismo europeu), Chomsky – que rompeu com o estruturalismo americano em 1950, inaugurando o modelo teórico gerativo-transformacional. Várias correntes se desenvolveram dentro do modelo estruturalista, algumas delas – pelas quais temos particular interesse - estão mais vinculadas ao pensamento da Escola de Praga e não se esqueceram do funcionamento da língua.

Na história da gramática tradicional, nos impressiona o fato de que todos estes estudiosos mencionados – cada um em seu tempo, com as suas ideologias vigorantes - trataram a língua como um matéria que não se esgota em si mesma em termos de conhecimento. Dos estudiosos clássicos aos contemporâneos, todos de alguma forma influenciaram as gramáticas tais quais conhecemos hoje. Uns menos, outros mais. Uns de forma mais contributiva, outros menos.

O fato é que, graças à existência deles e aos estudos científicos que desenvolveram, hoje podemos refletir e pensar sobre como o modelo teórico da lingüística contemporânea favorece uma revisão das gramáticas pedagógicas e do próprio ensino. A escolha do funcionalismo, como um modelo teórico para alimentar a nossa perspectiva de análise, não invalida os outros modelos e nem mesmo satisfaz plenamente a realização investigativa com os dados que reunimos. Apenas, esclarece que o estudo da noção sintática de *Sujeito* dentro desta abordagem teórica, a qual se

pode atrelar um modelo teórico proposto por Halliday, nos parece por ora mais viável.

### 2.3 O Sujeito e a Tradição Gramatical

**Definir:** 1. Explicar o significado de; 2. Fixar, estabelecer. **Tradição:** 1. aquilo que é transmitido ou entregue (Dicionário Aurélio Eletrônico, 1999)

Costuma-se associar os termos “gramática” e “tradicional” a tudo aquilo que é velho e ultrapassado. Esta interpretação procederia, não fosse o sentido real da palavra tradição como aquilo que é transmitido ou entregue. Interessa para nós, a título de crítica, muito mais o fato da gramática ser normativa que propriamente tradicional, muito embora uma coisa esteja relacionada à outra. A verdade é que as normas ou as regras são o que existe de mais tradicional em termos de gramática.

Assim, apresentaremos, para o trato inicial da revisão literária, as Gramáticas Tradicionais que publicadas no fim do século XIX e durante as cinco primeiras décadas do século XX – até a publicação da NGB – trataram, com o rigor da tradição, de criar as regras sobre a definição e as classificações do *sujeito*. Listarei a título de organização da leitura, os autores das gramáticas a serem estudadas e os anos de suas publicações<sup>3</sup>:

- Jeronymo Soares Barbosa, autor português, a edição pesquisada é 1866, a obra: *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa – com Princípios da Grammatica Geral aplicados à nossa linguagem*;
- Eduardo C. Pereira – a edição pesquisada é de 1907, mas a primeira edição é de 1877, a obra: *Grammatica Expositiva - Curso Superior* ;

---

<sup>3</sup> Os anos das publicações serão apresentados de acordo com as edições disponíveis para a pesquisa, respeitarei a referência cronológica ao tomar como base as informações sobre os anos das primeiras edições.

- Ernesto Carneiro Ribeiro<sup>4</sup> – a edição pesquisada é de 1958, mas a 1ª edição foi escrita e começada a imprimir em 1877, a obra *Gramática Portuguesa Filosófica*;
- Maximino Maciel – a edição pesquisada corresponde a 12ª edição (1931), a 1ª edição com o título de *Gramática Descritiva* é de 1884, a obra: *Gramática Descritiva* ;
- João Ribeiro (1887), a obra: *Grammatica Portugueza – Curso Superior*;
- Augusto Epiphanyo Dias, autor português, (1917), a obra: *Syntaxe Histórica Portuguesa*.
- José Oiticica – a edição pesquisada é de 1940, mas a 1ª edição é de 1919, a obra: *Manual de Análise (Sintática e Léxica)*;
- Alfredo Gomes (1924), a obra: *Grammatica Portugueza*;
- Mário Pereira de Souza Lima (1937), a obra : *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa* ;
- Antônio Chediak (1955), a obra: *Análise sintática (estrutura e equivalência intraoracionais)*;

### 2.3 .1 As Tradicionais Gramáticas antes da NGB

“ To be or not to be, that is the question”  
( Willian Shakespeare)

A apresentação dos conceitos pelos gramáticos supracitados tendem a certa uniformidade. Com pequenas variações, a maioria dos autores considera o *sujeito* o ser ou a coisa de que se fala. Epiphanyo Dias é exceção, já que se detém na classe de palavras que podem exercer a função de *sujeito*. Ainda assim, implicitamente, não

---

<sup>4</sup> Os autores e obras, que não foram citados e/ou por ventura excluídos, justifica-se pelo critério já mencionado. A partir do qual foram priorizadas as gramáticas mais utilizadas e adotadas e relevantes para o estudo do *sujeito*.

foge à regra pois, quando fala da composição da oração, nomeia o *sujeito* e o *predicado*.

Alguns como Carlos Pereira e Alfredo Gomes apresentam uma tipologia extensa do *sujeito*, que mais tarde à luz da NGB sofreriam modificações nas várias classificações apresentadas. A título de ilustração transpus alguns exemplos e as definições apresentadas por estes gramáticos, na tentativa de poder favorecer uma leitura mais esclarecedora de suas concepções.

- **Jerônimo Soares Barbosa**

O primeiro gramático que se ocupou, mais detidamente dos estudos da sintaxe do ponto de vista da lógica, foi Jerônimo Soares Barbosa (1866). A *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa – com Princípios da Grammatica Geral aplicados à nossa linguagem*<sup>5</sup>, atesta que a frase, oração ou proposição congregam o mesmo sentido; significando qualquer juízo do entendimento, expressado com palavras. Soares Barbosa (ibid,p.240) considera que a frase possui três termos: o sujeito “ que exprime a pessoa ou coisa, da qual se diz e enuncia alguma coisa” , o *attributo* “que exprime a coisa que se enuncia”, o verbo “ que exprime a identidade e a coexistência de uma coisa com outra. Uma das considerações mais importantes feitas por Soares Barbosa (ibid., p.243) é a de que o *sujeito é tido* como o principal termo da ‘proposição’ ao qual todos os demais elementos se referem.

---

<sup>5</sup> A primeira publicação consta de 1822, mas que faremos menção data de 1866.

- **Eduardo Carlos Pereira**

Eduardo Carlos Pereira (1907) na *Gramática Expositiva – Curso Superior* afirma que a *Syntaxe* tem por objeto o estudo da frase<sup>6</sup>, caracterizada pelo verbo, enunciador do fato central do pensamento, divide o estudo da *syntaxe* em quatro partes: da proposição e seus membros; do período gramatical; das particularidades sintáticas sobre as categorias gramaticais; e da pontuação.

Dentro do estudo da proposição e seus membros é que Pereira (ibid., p. 201) fará menção ao *sujeito*. *Sujeito e predicado* são apresentados como termos essenciais, sendo portanto indispensáveis à existência de uma frase. A definição de *sujeito* é “ o membro da proposição da qual se declara alguma coisa ” ( p. 201 ), esse gramático oferece importante contribuição para os estudos do sujeito, porque preocupou-se, durante a apresentação de o tema, ser o mais abrangente possível.

Algumas considerações sobre o *sujeito* merecem destaque: “ quando o sujeito é representado por uma frase chama-se fraseológico ” e “ quando esta frase é uma oração se diz ainda oracional ”

Exemplos:

(1) *Independência ou morte* foi o brado glorioso do Ipiranga.

↑  
(*Sujeito Fraseológico*)

(2) Convém *que estudes*.

↑  
(*Sujeito Oracional*)

Eduardo C. Pereira (1907) diferenciou-se de Soares Barbosa (1866) e João Ribeiro (1887) ao postular que o estudo da frase, dá-se a partir do verbo ‘enunciador

---

<sup>6</sup> A frase é usada no mesmo sentido de oração e proposição desde que tenha sentido completo: “A phrase de sentido incompleto é uma expressão, que se denomina, em geral, locução” (João Ribeiro: 1907;p.135)

do fato central do pensamento'. A classificação do *sujeito*, apresentada por Eduardo Carlos Pereira, também é abrangente, listando-se sete subtipos: 1 – Expresso ou oculto; 2 – Determinado ou Indeterminado; 3 – Simples ou composto; 4 – Complexo ou Incomplexo; 5 – Agente ou paciente; 6 – Sujeito lógico. Dentre estas subclassificações algumas são particularmente interessantes . Exemplificações com verbos impessoais como as que serão citadas abaixo são denominados *sujeitos indeterminados* ou *determinados* sem distinção:

(3) Chove a cântaros

(4) Anoitece cedo no inverno

(5) Há iguarias na mesa.

(6) Dizem que haverá abundância este ano.

As frases (3), (4), (5) e (6) são classificadas por Pereira (ibid., p.202) como portadoras de *sujeito determinado ou indeterminado*, sem nenhuma referência à *oração sem Sujeito*. Ainda sobre a subclassificação do *sujeito*, Pereira (ibid., p. 203) apresenta o sujeito agente, paciente; agente e paciente:

“O sujeito é AGENTE quando exerce a ação verbal da voz ativa, exemplo: (12) *O astro saudoso rompe a custo o plúmbeo céu*. É PACIENTE quando recebe a ação verbal na voz passiva, exemplo: (13) *O plúmbeo céu é rompido a custo pelo astro saudoso*. É AGENTE e PACIENTE, ao mesmo tempo, quando na voz reflexiva exerce e recebe a ação verbal, exemplo: (14) *O irado monstro se enrosca no cipreste*.” (idem, ibidem, p. 219)

- **Ernesto Carneiro Ribeiro**

Este autor apresenta diferente a teorização sobre o sujeito. Considerando também, do ponto de vista lógico, que a oração compõe-se de três partes: sujeito, verbo e predicado, a sua gramática é filosófica e aproxima-se da gramática de

Jerônimo Soares Barbosa (1866). As três partes citadas são chamadas de elementos essenciais ou lógicos da oração e todos os demais são elementos gramaticais.

Ernesto Carneiro Ribeiro (1958, p.642) afirma que os escolásticos chamavam o *sujeito* e o *predicado* como as matérias da proposição e ao verbo, designavam forma. A definição de *sujeito* não se distingue dos demais autores apresentados, sendo “o objeto de que se afirma ou nega alguma coisa ” e o *predicado* “ aquilo que se afirma ou nega do sujeito ”. O autor também classifica o *sujeito* e o *predicado* como *simples ou compostos, complexos ou incomplexos*.

- **Maximino Maciel**

Maximino Maciel (1931) divide os estudos da sintaxe em fraseológico, relacional e literário: “Syntaxilogia, é o estudo da palavra como função quando colectivamente considerada nas diversas funções ou relações lógicas. Pode ser dividida em phonologia, lexiologia, syntaxilogia, semiologia”. O *sujeito* faz parte da *syntaxe* relacional que é o tratado das funções e das relações das palavras do organismo da proposição simples: “ diz-se função, o papel que na proposição exerce a palavra, como resultado syntactico das suas relações e interdependência recíproca ” ( idem, ibidem,p. 275 )

Maximino Maciel (ibidem, p. 276 ) relaciona seis funções da palavra e coloca o *sujeito* como uma destas funções. As seis funções são subjetiva, predicativa, atributiva, objetiva, vocativa, adverbial. A definição de *sujeito* é “ o ser de quem se diz alguma coisa ” , representado pela palavra ou expressão em função subjetiva. Exemplo:

(7) Apareceram de repente os bárbaros nos lugares dos cristãos.

- **João Ribeiro**

João Ribeiro (1887, p.260) na *Grammatica Portugueza – Curso Superior* afirma que todo agrupamento de palavras que formam juízo se denomina

*proposição*<sup>7</sup>. A proposição, segundo ele, contém dois elementos capitais e indispensáveis: o *sujeito* e o *predicado*. A definição do sujeito é apresentada como “o ser de que se afirma alguma cousa” e o predicado como aquilo “que se afirma do sujeito”.

Destacamos, ainda segundo João Ribeiro (idem, ibidem) que *sujeito* e *predicado* quando acompanhados de palavras que os completam, denomina-se *sujeito lógico* e *predicado lógico*, conforme os que aparecem nos exemplos a seguir:

(8) *A vida em Paris* consome as cousas

Teremos por *sujeito lógico*: *A vida em Paris* e *sujeito gramatical*: *vida*; *predicado lógico*: *consome cousas* e *predicado gramatical*: *consome*. São também outros exemplos:

(9) Os pássaros voam.

(10) O tempo consome as cousas

em que no exemplo (8) temos o o *sujeito lógico*: os pássaros e o *sujeito gramatical*: pássaros; em (9) *sujeito gramatical*: o tempo e *sujeito lógico*: tempo.

João Ribeiro (1887) faz também referências às relações que se dão entre frases e palavras, classificando-as do tipo predicativa, atributiva e adverbial. Dentre estas a que merece especial atenção para este estudo é a predicativa, mas a definição apresentada é vaga : “*é a que existe entre os dous elementos cardeaes de uma proposição – sujeito e predicado.*” (ibid., p. 261). A classificação do *sujeito* dá-se em três tipos: *simples*, *composto* e *complexo*. O simples e o composto têm suas

---

<sup>7</sup> Comum às gramáticas que selecionamos do período compreendido do final do século XIX a meados do século XX, a referência à frase, oração e proposição se faz de forma indistinta. Manterei, ao apresentar as definições e considerações dos gramáticos, os termos selecionados por eles, para depois – em capítulos posteriores – fazer uso apenas do termo genérico ‘frase’ para o *enunciado*.

definições centradas em torno do núcleo, o sujeito complexo “é representado por uma proposição ou citação”<sup>8</sup> (idem, ibidem, p 263).

(11) ‘ Que o trabalho dá saúde é cousa certa’ (exemplo de sujeito complexo)<sup>9</sup>

(12) ‘ Viver sem peccado é a ambição do justo.’(exemplo de sujeito complexo)

### • Epiphanio Dias

Epiphanio Dias (1917, p.13) apresenta a composição da oração subdividida em *Sujeito e Predicado*, com relação aos outros autores citados distingue-se ao definir *sujeito* como: “um substantivo ou vários substantivos coordenados ou um equivalente do substantivo, a saber: *um pronome, um nome numeral, um adjetivo ou particípio substantivado, um infinitivo, uma palavra invariável, uma palavra tomada materialmente, uma oração( grifo meu )*”.

(13) ‘*Pobreza* não é vileza’ ( substantivo )<sup>10</sup>

(14) ‘*Quem* arreda o azo, arreda o pecado’ (pronome)

(15) ‘*Três* é um número primo.’ (numeral)

(16) ‘Pelos maus perdem *os bons.*’ (adjetivo)

(17) ‘Também os ameaçados comem pão’ (particípio substantivado)

(18) ‘Tarde dar e negar estão a par’ (infinitivo)

<sup>8</sup> João Ribeiro (1887) classifica o predicado em simples ou complexo. O simples é que possui um verbo intransitivo, chamado por ele de ‘finito’ e o complexo é o que possui predicação incompleta.

<sup>9</sup> Exemplos dos autores todos que aparecerem com aspas simples.

<sup>10</sup> Os exemplos dados são do autor Epiphanio Dias.

(19) ‘Mas é uma conjunção’. (uma palavra tomada materialmente)

(20) ‘ É pouco crível que as tradições dos godos admittissem a pena de morte’  
(Herc., Op. v, 283) – uma oração.

Epiphanio Dias não pormenorizou o estudo do *sujeito* em densas páginas como o fez Eduardo Carlos Pereira (1907) e também – como os outros já estudados – não apresentou nenhuma definição semântica para o *sujeito*, mas a sua definição também contempla, na prática, as mesmas definições usadas pelos gramáticos contemporâneos a ele: “ Os gramáticos descritivos identificavam as funções sintáticas pela posição dos elementos no sintagma” ( Pontes, 1987, p. 151). Assim, Epiphanio Dias identificou o sujeito pelas classes de palavras que podiam exercer a função de sujeito.

Ao tratar do predicado o autor citado apresenta variados exemplos de verbos impessoais, estabelecendo inúmeras comparações com exemplos em latim, citando mesmo que de forma breve algumas realizações do verbo *chover*, costumeiramente apreendido como impessoal e caracterizador de *oração sem sujeito*:

(21) ‘Raramente chove naquela ilha ( verbo impessoal)’

(22) ‘ Chovia água miúda por cima da verde folha (sujeito=água)’

(23) ‘ Chovião tormentes nos mártires’ (Ceyta, 194) (sujeito= tormentes)

Na frase (20) o verbo *chover* é impessoal, em (21) e (22) Epiphanio Dias considera que certos verbos impessoais podem ser empregados em sentido translato, neste caso o verbo *chover* é pessoal e o *sujeito água* está sendo empregado no lugar de *chuva*.

- **José Oiticica**

José Oiticica (1940, p.200) afirma que há dois termos lógicos na frase, o *sujeito* e o *predicado* e que para estes dois termos existem duas funções gerais: subjetiva e predicativa. O *sujeito*, então, será estudado a partir da função que desempenha com a apresentação das tipologias já conhecidas como *simples*, *oculto* ou *elíptico* em: *Viveremos*; ou ainda *desconhecido* ou *indefinido* em ‘Trovejou’ – com verbos que exprimam ‘fenômenos naturais sem causa imediata’ – ou ‘Havia gente no jardim’; ‘Come-se bem aqui’; ‘Batem à porta’. Não há distinção entre *sujeito indeterminado* e *oração sem sujeito*, tanto com relação à definição, quanto com relação aos exemplos.

- **Alfredo Gomes ( 1924 )**

Alfredo Gomes (1924) na *Grammatica Portuguesa* afirma que a proposição consta de dois elementos indispensáveis ou termos: o *sujeito* e o *predicado*. Para ele a definição de *sujeito* consta de “ o ser a que se refere um ato ou fenômeno ” e cita os exemplos:

(24) *Pedro é rico.*

(25) *A ave vive de rapina.*

(26) *Ganhou um premio o melhor estudante.*

Alfredo Gomes (1924, p.259) – da mesma forma que Eduardo C. Pereira (*op. cit.*, p.200-204) – classifica o *sujeito* em lógico, gramatical; simples ou composto; complexo ou incompleto. Seguem os exemplos de Gomes (1924) , os quais não apresentei quando fiz considerações sobre Pereira (*ibidem*, *passim*):

(27) *O homem, que é honesto, merece a consideração de todos.*

Sujeito Lógico: O Homen      Sujeito Gramatical: Homem.

(28) A mangueira é forte.

Sujeito Simples: A mangueira

(29) O gato e o rato vivem sempre em guerra aberta.

Sujeito Composto: O gato e o rato

(30) Tu, que és bom estudante *mereces ser aprovado com distinção*.

Sujeito Complexo: *mereces ser aprovado com distinção*

(31) Elle *chorou amargamente*

Sujeito Incompleto: *chorou amargamente*

- **Mário Pereira de Souza Lima**

Mais conhecido por Souza Lima (1937, p.192) na *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa* afirma que há uma correspondência estreita entre o *sujeito* e o *predicado*, considerados dois termos da oração analítica. Segundo o gramático (ibidem, p.193) o *predicado* não só imprime unidade à oração, comunicando-lhe a sua própria natureza; mas também acompanha o *sujeito* em suas variações de número e pessoa.

A definição de *sujeito* é atrelada aos exemplos e apresentado como aquilo que se exprime, quando o verbo concorda com o *sujeito* em número e pessoa (idem, ibidem; p. 51):

(32) ‘*Chegou o alumno*’.

(33) ‘*Chegaram os alumnos*’

- **Antônio José Chediak**

Antônio José Chediak (1955) em *Análise sintática (estrutura e equivalência intraoracionais)* organiza o estudo do *sujeito* com objetividade e didatismo. Menciona vários exemplos, ensina a reconhecer ou ‘ encontrar ’ ( idem, ibdem, p. 9) o *sujeito* através de perguntas antes do verbo ( *Quem ? O quê ?* ).

A definição de *sujeito* é dada como o elemento acerca do qual se declara algo, Chediak expõe pormenorizadamente os núcleos do sujeito – constituídos por substantivos ou palavras substantivadas e também divulga uma metodologia do ensino de sintaxe da Língua Portuguesa através de questionários, exercícios de completar espaços e análises estruturais de frases.

## 2.4

### 1958: A NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira)

“As leis são relações necessárias que derivam da natureza das coisas (...), todos os seres têm suas leis.” (Montesquieu)

O ensino da Língua Portuguesa na década de 50 atingiu o ápice no que diz respeito à disponibilidade materiais didáticos para o uso nas escolas. Basta retomarmos ao tópico anterior, deste mesmo capítulo, para verificarmos o significativo número de gramáticas as quais se proliferaram nas escolas brasileiras. Proliferaram também as concepções dos estudiosos da língua, as influências teóricas imbricadas nos seus fazeres científicos e sobretudo as aplicações didáticas de tudo que foi investigado nos livros:

“Nos países de língua portuguesa andava a nomenclatura gramatical em situação semelhante à da ortografia antes de 1911. Cada gramático, cada professor de português tinha sua nomenclatura. (...) Além do nome diferente para o mesmo valor, a mesma função ou o mesmo fato, notava-se a preocupação de multiplicar distinções puramente subjetivas”  
( Chaves de Melo, 1975, p. 301)

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) teve dois momentos distintos, em níveis também distintos durante a sua concepção, confecção e conclusão. O projeto NGB foi impulsionado pelo Prof. Roberto Accioli – quando era Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal – que criou uma Comissão presidida pelo Prof. Clóvis Monteiro, a qual destinava-se a estudar a padronização da terminologia didática através de normas a serem recomendadas pelo Magistério Municipal. A iniciativa de Accioli não chegou ao término dada a sua saída do cargo.

Posteriormente, em nível federal, o Ministro da Educação, Clóvis Salgado, instituiu a Comissão encarregada de rever a(s) nomenclaturas corrente(s), com o intuito de propor a adoção de uma terminologia simples e mais adequada aos fatos lingüísticos pelo magistério nacional.

Antes de sua redação definitiva, o Anteprojeto de Simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira foi publicada no Diário Oficial de 30 de abril de 1957, à página 10.838, sob a forma de Portaria nº 152, assinada pelo Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado da Gama :

“ Considerando que um dos empecilhos maiores, senão o maior à eficiência de tal ensino tem residido na complexidade e falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso nas escolas e na literatura didática; (...) considerando, por fim, que , sob o aspecto didático largas benefícios traria à vida escolar brasileira a adoção de uma terminologia gramatical simples, adequada e uniforme, resolve:

Designar os Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima e Cândido Jucá(filho) para com a assistência de Diretores do Ensino Secundário estudarem e proporem projeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical, para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática .” (1957: p. 7):

O Anteprojeto apresenta o estudo de análise sintática a partir do léxico e da sintaxe; sendo que a análise sintática descreve a estrutura da oração e do período, bem como o valor funcional das palavras como partes da oração. No anteprojeto da NGB (ibidem, p. 42), o *sujeito* e o *predicado* são os termos básicos da oração; merece destaque uma nota apresentada sobre a tipologia do *sujeito*: “ devem ser abandonadas as classificações lógico e gramatical, ampliado e inampliado, complexo e incompleto, quer para o sujeito, quer para o predicado”. No Anteprojeto da NGB a Comissão de Professores estabeleceu os subtipos do *Sujeito: Simples, Composto, Indeterminado e Orações Sem Sujeito*, bem como os recursos dos quais a língua lança mão para que se façam realizar a estruturação da frase.

O Projeto final da NGB contou com o assessoramento dos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sylvio Edmundo Elia . Depois do reexame do primitivo Anteprojeto e encerrado o prazo para o recebimento de sugestões e críticas, a NGB foi publicada pela Portaria nº 36 de 28 de Janeiro de 1959, sendo recomendada a sua adoção no ensino programático de Língua Portuguesa “a partir do início do primeiro ano letivo de 1959” (Portaria Nº 36; 1959) e que entrasse em vigor “para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção (...)”, segundo as palavras do Ministro da Educação Clovis Salgado (ibidem, p. 9).

A Comissão de Professores procurou enfatizar, que mesmo em face das sugestões aferidas, o Projeto - NGB foi finalizado procurando a “exatidão científica do termo; a sua vulgarização internacional; a sua tradição na vida escolar brasileira” (ibidem, p.7), além de ter priorizado a recomendação do Ministro de que apresentasse ‘uma terminologia simples, adequada e uniforme’.

Em face do que foi exposto, sabemos que a NGB não acrescentou, nem suprimiu melhorias às *definições de sujeito* tratadas até aqui. Apenas o termo *básico*, com relação a *sujeito* e predicado, é substituído por *essencial*, mas as subclassificações do *sujeito* permanecem as mesmas: *simples*, *composto*, *indeterminado* e *oração sem sujeito*.

O fato é que o projeto ambicionava a simplificação da nomenclatura e assim o fez. Muitos autores tiveram suas obras revisadas à luz das novas propostas e a impropriedade de definições continuou estabelecendo-se, transmitindo-se, tornando-se tradição.

## 2.5

### Restrições ao Anteprojeto e à NGB propriamente dita

“Foi acatado o sufrágio da maioria. Mas chegou o momento da apreciação sincera”

(Cândido Jucá)

A NGB constitui-se de um projeto de simplificação da nomenclatura. Muitos autores, dentre eles, Candido Jucá (filho), questionaram veementemente a imposição das normas desde a fase de estruturação do anteprojeto. A publicação, em 1958, da obra “132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira” pelo professor Cândido Jucá (filho), entretanto, surpreendeu a Comissão de estudiosos nomeados tanto para a elaboração do Anteprojeto da NGB quanto para o Projeto final. Isto porque o Professor Cândido Jucá (filho) também fez parte da Comissão nomeada e designada pelo Ministro da Educação e Cultura. Com a publicação das “132 restrições”, o Anteprojeto da NGB passa a ser criticado por ele:

“(...) o extenso Anteprojeto, que resultou de cerca de três meses de trabalho, está longe de poder considerar-se um harmonioso ecletismo. Pelo contrário, saiu aberrante, indigno de cultura filológica daqueles que S. Ex. convocara.” (Cândido Jucá: 1958, p.1)

Segundo, Gladstone Chaves de Melo (op. cit., p. 307) o defeito principal da NGB é ter feito da terminologia suporte para a doutrina. O projeto, segundo este autor, forçou posições teóricas, muitas vezes discutíveis e errôneas, com a finalidade principal de sugerir nomes para fatos lingüísticos ou acidentes gramaticais. Enfatiza-se, de acordo com tal prática, a confusão do objeto indireto, com os complementos verbais preposicionados, a exclusão da *correlação* como um processo sintático absorvido na subordinação e outros.<sup>11</sup>

Cândido Jucá (ibidem, p.112) atenta que a bipartição da frase em *sujeito* e *predicado* no Anteprojeto privilegia a análise lógica, própria dos aristotélicos, e que tal prática reduz qualquer frase a um sintagma (com determinado, mais determinante). Critica o uso do termo ‘básico’ para se referir a estes dois elementos: ‘A oração não se baseia sobre eles: constitui-se deles’. Para o autor os termos são essenciais e constitutivos.

As *orações sem sujeito* também têm apontamentos críticos: “Dizer que são sem sujeito as orações ‘que têm os verbos haver, fazer e ser empregados impessoalmente’ – é perpetuar uma tautologia” e ainda ‘com os verbos que ‘denotam fenômenos da natureza. Candido Jucá critica a estratégia usada, através de exemplos,

<sup>11</sup> Gladstone (ibidem, p.307) acrescenta também problemas relativos às formas nominais do verbo, nas orações reduzidas de infinitivo, gerúndio e particípio e desdobráveis.

pelo anteprojeto para esclarecer as dificuldades da nomenclatura *Oração sem sujeito*.

Assim sendo, exemplos como:

- (34) Fez ontem três anos que nos conhecemos  
 (35) Era ao anoitecer do dia 7 de setembro

No exemplo (34), segundo Candido Jucá (ibidem, p. 114) a frase tem *sujeito* claro: ‘ que nos conhecemos’, ‘O nosso conhecimento é que fez ontem três anos, ou ainda “Isso fez três anos ontem. Também em (35) o sujeito de ‘era’ pode ser expressado por “Isso era ao anoitecer”. Ficam, portanto de fora da nomenclatura, verbos que exprimem fatos psicológicos, ou sensoriais – os quais ocorrem sem sujeito possível – e certos verbos típicos de torneios populares ( Candido Jucá, ibidem, p. 115 ).

Da mesma forma que certos fenômenos meteorológicos são anunciados totalmente sem *sujeito*, existem outros ‘ fenômenos ’ que passam em nós, sem que saibamos quais os agentes. Segundo Candido Jucá (pp. 115 – 116 ) não têm *sujeito* as seguintes frases:

- (36) ‘ Não me admirou de ti ’.  
 (37) ‘ Basta de dormir ’.  
 (38) ‘ Chega de sacrificio ’.  
 (39) ‘ Pesa-me, senhor, de todo o meu coração ’.  
 (40) ‘ Não tem dúvida ’.  
 (41) ‘ Lá tem até muita sombra ’.

Os verbos *ter* e *dar* como pode-se observar nos exemplos (40) e (41) são usados como existenciais em frases populares no Brasil. Jucá Filho (1971, p. 121) relaciona uma lista de verbos absolutos não-meteorológicos: *pesar-lhe, doer-lhe, bastar de, chegar de, dar-lhe, admirar-lhe, importar-lhe, prazer-lhe, constar-lhe, ir e etc.* Tais verbos são não somente impessoais, mas segundo Jucá Filho (ibidem, p. 124) desprovidos de qualquer integração.

Tais verbos são não somente impessoais, mas até desprovidos de qualquer integração. São absolutos. Assim como observamos os fenômenos meteorológicos, e os anunciamos sem referir nenhum ser neles interessado; assim podemos assinalar

entretanto não somos nem agentes nem pacientes. Observamo-los em nós com a mesma surpresa com que observamos a chuva, a trovoada, o raio.”

(42) ‘ Não nos deve esquecer agora daquelas noções químicas. ’

(43) ‘ Não me esqueceu de indicar de passagem as provas da sua insignificante representação. ’

(44) ‘ Uma noute deu-lhes para se divertirem. ’

(45) ‘ Custa-me representar de humilde. ’

(46) ‘ Até me custa a falar. ’

## 2.6

### As Gramáticas Tradicionais pós- NGB:

Com o intuito de sistematizar os gramáticos e suas obras, também conforme apresentamos as gramáticas *pré-NGB*, apresentam-se aquelas que se notabilizaram pelas inúmeras referências e contribuições para o ensino de Língua Portuguesa:

- Celso Cunha e L. Cintra (2001): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*
- Rocha Lima (2000) : *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*
- Bechara (2002): *Gramática escolar da Língua portuguesa* e (1987): *Moderna Gramática da Língua Portuguesa:*
- Said Ali (1964) : *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*

Primeiramente, gostaria de estabelecer distinção entre dois termos bastante utilizados pelas Gramáticas nos estudos de Sintaxe, são eles: *integrante e essencial*. Os dois termos devem ser observados com cautela, porque são apresentados como divisor de águas no estudo das orações. Verifiquei no Dicionário Aurélio (2002) a definição de ambos e temos por *essencial* tudo aquilo “ 1. que constitui a essência. 2. indispensável, necessário, fundamental”, já *integrante* é : aquele que integra ou complementa.(...) ”.

Ora, se essencial é aquilo que é indispensável, básico, fundamental, a existência de algumas orações que não possuem sujeito, faz com pensemos na necessidade de se avaliar determinados conceitos e definições. Mesmo que tenhamos uma justificativa nas gramáticas de que *Oração Sem Sujeito* é aquela que se caracteriza pelo “processo verbal em si, pois não o atribuímos a nenhum ser” (Cunha, 1982, p. 137); “porque denotam fenômenos da natureza (chove, troveja, anoitece) e as que têm os verbos haver, fazer, ser empregados impessoalmente” (Rocha Lima, 1994, p. 236), parece-me que fica lacunar a definição de essencialidade, uma vez que o *Sujeito* inexistente, mas temos uma oração cujo processo verbal é notório. Assim como agregar, junto da tipologia e classificação do *sujeito* a *oração sem sujeito*, já que este subtipo não reconhece o *sujeito* e a sua essencialidade.

Ao utilizar o termo essencial para definir *sujeito* e *predicado* como constituintes indispensáveis da oração, Cunha (ibidem, p. 138) fornece numa primeira leitura de que a *Oração Sem Sujeito* não é uma oração, ou ainda que é uma oração com defeito, porque falta um termo que é essencial. Digo numa primeira leitura, porque a *Oração Sem Sujeito* tem sua análise centrada no verbo, que em todos os casos são impessoais.

Said Ali (1964, p. 125) na *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* utiliza pela primeira vez a referência a *sujeito* e *predicado* como *termos primários* da oração: “Na oração distinguimos geralmente dois termos SUJEITO e PREDICADO”. A noção sintática de sujeito corresponde àquela correferida como tópico: *ser do qual se declara algo* e há a surpreendente restrição aos seus constituintes nucleares “é expresso por um nome ou um pronome”.

Bechara (1987, p.199) na *Moderna Gramática Portuguesa* também situa o *sujeito* e o *predicado* como os dois termos essenciais da oração e aposta no favoritismo deste tipo de estrutura. O *sujeito* é definido, pelo autor, como o “ termo da oração que denota a pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação, estado ou qualidade, acrescentando o *predicado* como aquele outro termo essencial que se declara sobre o *sujeito*.”

Com relação à omissão do *Sujeito* e do *Predicado* (Bechara,1987; p. 200) afirma que há uma elipse em:

(47) Trabalhamos

(48) Escreveram e leram bastante

(49) Dançaram até às duas horas da manhã.

Neste caso através do monema –mos, desinência número pessoal do verbo, a pessoa pode ser identificada pelo pronome pessoal do caso reto *Nós* em (47) e *Eles* em (48) e (49). Tal omissão do *sujeito* apresenta-se como *elítico ou oculto*. O termo *oculto* para *sujeito* tem sido constantemente questionado na prática escolar do ensino de Língua Portuguesa, porque chama-se de *oculto* o que está *explícito* pela desinência verbal.

O *sujeito indeterminado* para Bechara (1987, p.202) é o que não se nomeia ou por não se querer ou por não se poder fazê-lo. O gramático menciona as duas maneiras de se indeterminar o *sujeito* em Língua Portuguesa, através do verbo (ou o auxiliar) na terceira pessoa do plural ou , menos freqüente, com o verbo na terceira pessoa do singular e cita os exemplos:

(49) Diz que eles vão bem (diz=dizem)

(50) Dizem que eles vão bem

(51) Estão chamando o vizinho.

Decerto, este tipo de *sujeito* – bem como a sua definição - são considerados bastante problemáticos quando apresentados a partir de frases soltas como os exemplos (53) e (54). Não é incomum os alunos confundirem tais exemplos de *Sujeitos Indeterminados* com *Sujeitos Desinenciais* – exemplos (49), ( 50) ,( 51) . Tal confusão coloca em dúvida a necessidade de se estabelecer tal distinção entre uns e outros, sob uma perspectiva classificatória.

Ainda segundo Bechara (1987: p. 201) sabe-se da existência de orações que encerram apenas a declaração contida no predicado. Neste caso não há *sujeito*, porque o verbo nelas contido é impessoal. Listam-se os verbos impessoais principais como os que denotam fenômeno da natureza; o verbo haver nas orações que denotam

ou não existência de pessoa ou coisa; e o verbo *ser* nas indicações de tempo. Temos como exemplos:

(52) Choveu muito na região Serrana

(53) Há muitas coisas a serem esclarecidas.

(54) São duas e meia da manhã.

Muita controvérsia há sobre a definição de *sujeito* ( Bechara, 1987, p. 202 ) e exemplos como (52 ) em que o verbo *chover*, do ponto de vista semântico, remete a um agente, pressuposto pelo verbo, a chuva. O verbo *ser* também é motivo de muitas dúvidas como em:

(55 ) Era uma hora e meia

(56 ) Era um rei e uma rainha

(57) Eram um rei e uma rainha.

No exemplo (55), o verbo é impessoal porque significa tempo decorrido, mas em (56) e (57) a classificação do *sujeito* está relacionada à concordância que se estabelece entre o *verbo* e o objeto ou entre o *verbo* e o *sujeito*.

Nestes casos, vale a pena lembrar a definição dada de *Oração Sem Sujeito* como aquela em que a declaração está contida no predicado, sem a cogitação da hipótese de que se possa atribuí-la ao *sujeito* mesmo sob a justificativa da concordância a frase (57), seguindo-se a lógica da definição tem *sujeito*, tanto quanto (56).

Na *Moderna Gramática Portuguesa* (1999, p. 408) Bechara apresenta algumas alterações na teorização sobre o sujeito. Introduz os termos ‘ referido ’ e ‘ não-referido ’ no estudo das relações predicativas e exemplifica:

(58) Eu estudo

(59) Chove

Em (58) a relação entre ‘eu’ – *sujeito* e o verbo ‘estudar’ é referida. Mais em (59) a relação é não– referida, e o *sujeito* não é um constituinte imprescindível da frase em Língua Portuguesa.

Certamente, não é imprescindível em termos estruturais, uma vez que o verbo sendo impessoal congrega o agente causador do fenômeno meteorológico em *chover*. Mas, semanticamente a relação predicativa é de igual valor tanto em (59) quanto em (58)

Muito menos que se propor o ensino do *Sujeito indeterminado* a partir de um contexto, por que somente este poderá determinar a pessoa do verbo, citando exemplos utilizados com esta finalidade:

(60) *Os ladrões fugiram* rapidamente do local do crime, quando *os policiais foram* chamados e *ligaram* as sirenes dos carros.

(61) *Os animais fugiram* do canil, prenderam-nos na praça local.

Os exemplo (60) e (61) são muito recorrentes para a tentativa de se elucidar possíveis dúvidas com relação ao *sujeito indeterminado*, equacionam parcialmente o problema, levando-se em conta a definição dada para este tipo de sujeito. Em (60) *policiais* é o *sujeito* do verbo *ser (foram)* e *possível sujeito desinencial*, representado pelo pronome pessoal do caso reto – *eles*, do verbo *ligaram*. Mas, em (61) não se pode dizer que o *sujeito* do verbo *prenderam* é *policiais*. Dada a definição de *sujeito indeterminado* apresentada por Bechara (1987) e (1999), Cunha & Cintra (2002), e outros pode-se dizer que em (60) temos um caso típico de *sujeito indeterminado*, mas também pode-se afirmar que o *sujeito* é desinencial.

Os apontamentos de Cunha (1982) são importantes porque apresentam definições que em nada se distinguem dos outros autores citados: “ Sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração” e Predicado “ é tudo aquilo que se diz do sujeito” caracterizam tipos de normatizações que não dão conta dos aspectos semânticos do *sujeito* e perpetuando um tipo de confusão cada vez mais comum em língua portuguesa a de *sujeito* com tópico .Outra curiosidade é que para falar do *sujeito* desinencial<sup>17</sup>, Cunha (1982, p. 140) comenta que “nem sempre o sujeito e o predicado vêm materialmente expressos” e dá exemplos justificando a sua afirmação:

(62) “Choraríeis em segredo/ Uma lágrima por mim?” (A. de Azevedo)

(63) “Sobre o campo verde,/ Ondas de prata” (C. Meireles)

Em (62), temos um exemplo de *Sujeito*, segundo Cunha, não materializado e em (63), de predicado não materializado. A partir destes exemplos o autor conclui que são elípticas as orações a que falta um termo essencial: ou *sujeito* ou *predicado*. Esta classificação usada por muitas décadas no ensino da língua portuguesa e também amparada pela NGB - acompanhada do termo *Oculto*, com as devidas ressalvas para que não seja confundida com *Sujeito Indeterminado* - é polêmica. Isto porque, é oculto e elíptico o *sujeito* que não está materializado, mas que se identifica e se reconhece pela desinência verbal, obviamente expressa pelo verbo.

Para Rocha Lima (1994) a oração “ é a frase que se biparte normalmente em sujeito e predicado”. Também esta é uma definição que motiva uma análise crítica. Se é a oração aquela frase que se biparte em *Sujeito/Predicado*, então não seriam exemplos de orações aqueles apresentados por Cunha em que *sujeito* e *predicado* são omitidos, porque *não são materialmente expressos*?

Como se pode perceber, a definição problematiza a língua, tornando-a inacessível, difícil. Se podemos entender que “Sob os olhos/ Lágrimas de dor”

<sup>17</sup> Atualmente, muitos professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Médio não utilizam a nomenclatura *Sujeito Oculto* e *Elíptico*, mas sim *Sujeito Desinencial*.

pressupõe a existência de um verbo: ter, correr, escorrer, entre outros, nos parece dispensável a *definição de sujeito* para se compreender que o que falta é o verbo, mas que tal omissão não compromete o entendimento da frase. Muito menos, impede o reconhecimento de que a falta do verbo, não é uma condição indispensável para que a comunicação se estabeleça. De modo contrário, em (62) “Choraríeis em segredo/ Uma lágrima por mim?”, não é possível afirmar que o *sujeito* não está materialmente expresso, porque só podemos dizer que o sujeito é oculto, porque ele é determinado pelo verbo, sendo portanto materialmente expresso por ele.

Retomando à definição de *integrante*, contemplada no dicionário Aurélio, sabemos que é algo que complementa ou integra. Tal perspectiva também poderá ser apreciada com relação ao *sujeito*, quando se considera o verbo um grande solicitador de argumentos ou espaços, posição esta amplamente defendida por Busse & Vilela (1986).

Rocha Lima (1994, p. 235) faz referência ao verbo quando menciona a definição de *oração sem sujeito*: “referimo-nos ao processo verbal em si mesmo, sem o atribuímos a nenhum ser. Nem há o propósito de esconder o sujeito, atitude psicológica orientadora de construções indeterminadas”. Interessante ressalva é a que Rocha Lima (Ibidem, p. 235) apresenta sobre a inversão do *sujeito* com relação a verbos intransitivos como ‘aparecer’, ‘chegar’, ‘correr’, ‘restar’, ‘surgir’. Tal prática pode levar o leitor a interpretar como objeto direto o sujeito proposto. Neste ponto Rocha Lima atenta para a necessidade de se examinar a natureza do verbo (se é transitivo ou intransitivo) para que assim se procure o sujeito, diferenciando-se dos demais:

- (64) Apareceu, enfim, o dono das roupas sujas.
- (65) Chegaram frutas frescas.
- (66) Chegaram os novos alunos.
- (67) Chegaram as férias de dezembro.
- (68) Chegaram novas medidas parlamentares.
- (69) Correm, pela cidade, os boatos mais contraditórios.

Nos exemplos acima os verbos os verbos são intransitivos e os elementos que se instalam à esquerda do verbo são *sujeitos*. Igual classificação quanto à transitividade aparece em :

(70) Correm, na São Silvestre, atletas de vários países.

(71) Correm rios de lágrimas.

(72) Correm rios extensos, naquela mata.

(73) Restam, ainda, algumas esperanças.

Mas, em (74), (75) e (76) temos três ocorrências do verbo *virar*. Em (74) o verbo é intransitivo e o *sujeito* é *canoa*; em (75) o verbo *virar* liga um qualidade (motivada por uma mudança de estado) a um sujeito, no caso desinencial representado pelo pronome pessoal do caso reto *ela*, neste caso o verbo é, portanto, de ligação. Em (76) o verbo também faz parte da lista dos exemplos dos verbos intransitivos dados em (64), (65), (66), (67), (68) e (69), o *sujeito* é desinencial e *lentamente* é *adjunto adverbial de modo*.

(74) Virou a canoa.

(75) Virou freira.

(76) Virou lentamente.

## 2.7

### O sujeito e os dicionários lingüísticos

Procurei relacionar os diferentes tipos de definições possíveis e existentes em Língua Portuguesa sobre *sujeito*; uma vez já tendo recorrido às gramáticas escolares, considerei pertinente averiguá-las também nos dicionários lingüísticos mais citados pelos estudiosos da língua. Muito embora tais obras também estejam, de certa forma

vinculadas a modelos teóricos, compreendo que a diferença existente entre os autores contribui para alimentar a discussão aqui proposta. Mattoso Câmara (1991) apresenta uma definição mais aproximada do estruturalismo; David Crystal (1988) também estruturalista faz referência em vários verbetes à gramática gerativa, assim como Dubois (1999); Francisco Borba (1991) é, por exemplo, o que mais se aproxima da concepção de *sujeito* a qual defendo e nesse sentido o que melhor se apresenta, com a temática da definição mais voltada para o funcionalismo.

### 1) J. Mattoso Câmara Jr. ( 1991, 228-229)

- **A definição**

“ SUJEITO – Termo da oração (v.), que, como determinado desse sintagma, se articula com o predicado (v.) como determinante. É assim que o tema da comunicação que se faz no predicado, ou seja, o ponto de partida da enunciação lingüística constituída pela oração” .

- **Aspectos Semânticos**

“Como tema da comunicação, o sujeito pode não se referir a um ser, mas a um fato expresso – a) por oração reduzida de infinitivo (ex.: é preciso partirmos já), b) por oração subordinada integrante (ex.: é preciso que eles venham). Quando se trata de um ser, não há coincidência necessária entre sujeito e agente (v.), e na construção de voz passiva (v.) o sujeito é necessariamente o paciente.”

- **A essencialidade**

“Muitos teóricos consideram o sujeito um elemento essencial à oração. Aham que o predicado é sempre e inelutavelmente atribuído a um ser, ou grupo de seres, que é o seu sujeito. Quando a análise da oração não mostra um

termo gramaticalmente nítido, ou sujeito gramatical há, segundo eles, um sujeito vagamente concebido, ou sujeito psicológico.”

- **As Classificações**

“A noção de oração sem *sujeito*, ou impessoal, é, entretanto, perfeitamente justa, correspondendo a um sintagma oracional em que o determinado está reduzido a zero. Aí se focaliza o processo verbal exclusivamente em si mesmo, sem se cogitar de referi-lo a um ponto de partida, que seria o *eu sujeito*. (v. impessoalidade). A oração é, pois, impessoal, quando não há *sujeito* explícito ou oculto por elipse (v.). Note-se, porém, que pode haver um sujeito INDETERMINADO, ou melhor, indiferenciado (v.), isto é, referindo-se à massa humana indiferenciada. Exprime-se em português pela 3ª pessoa do plural do verbo ( ex.: *Contam que certa raposa..* ). ”

## 2) David Crystal ( 1988, p. 248)

- **A definição:**

“Termo usado na análise das FUNÇÕES GRAMATICAIS com referência a importante CONSTITUINTE DA SENTENÇA ou ORAÇÃO, tradicionalmente associado com o agente do verbo, como em *O gato mordeu o cão.*”

- **O Sujeito Gramatical e o Lógico:**

“As abordagens mais antigas analisam a sentença em termos de *sujeito e predicado* e esta terminologia ainda é comum, embora nem sempre; outras abordagens distinguem o sujeito de outros elementos da ESTRUTURA (Objeto, Predicativo, Verbo, Adjunto Adverbial). As análises lingüísticas

ênfatisam a complexidade da noção mostrando, por exemplo, que nem sempre coincidem o sujeito ‘gramatical’ com o ‘lógico’ ou SUBJACENTE de uma sentença como em *A casa foi comprada pelo empresário*, onde a *casa* é o sujeito gramatical e o *empresário* é o sujeito lógico. Além disso nem todos os sujeitos podem ser analisados como agentes (*Sujeira atrai moscas* e *Livros vendem bem*)”

- **A Função**

“A definição de sujeito em termos de traços gramaticais na SUPERFÍCIE é relativamente fácil, mas a especificação de sua função é mais complexa, e tem sido objeto de muita discussão recentemente. Na Gramática Gerativa, o termo aparece no ALÇAMENTO e na condição de sujeito especificado”

### **3) Jean Dubois ( 1999, pp. 575-576)**

- **A Definição**

“Em gramática tradicional, define-se o sujeito como o que pratica ou sofre a ação expressa pelo verbo. É, assim, um termo importante da frase, já que é o ponto de partida do enunciado, pois designa o ser ou objeto dos quais se afirma qualquer coisa, utilizando-se o predicado”.

- **A Lingüística Moderna**

“ A lingüística moderna define o sujeito como a função gramatical do sintagma nominal na frase de base composta da cadeia sintagma nominal + sintagma verbal (...)”.

#### 4) Francisco Borba ( 1991 , p 20)

O *Dicionário Gramatical de Verbos do Português do Brasil* apresenta conceitos os quais se interrelacionam com a fundamentação teórica a qual será apresentada no capítulo 3 deste trabalho. Henrique dos Santos (2002, p. 63) utiliza os conceitos apresentados pelo autor primeiro apresentando os tipos de verbos, depois os tipos de sujeito. Farei menção às definições de sujeito apresentadas por Borba, já que contribuem para a composição da abordagem crítica desenvolvida aqui.

- **Tipos de sujeitos:**

- (a) *sujeito agente* – “ é o que por si mesmo desencadeia uma atividade (física ou não) sendo de origem dela e seu controlador. É, portanto, o que realiza ou instiga a ação expressa pelo verbo que funciona como núcleo do predicado. Constitui-se de um nome marcado pelo traço animado ”
- (b) *sujeito beneficiário* – “ é aquele que é sede da transferência de posse ou destinatário de um benefício”
- (c) *sujeito causativo* – “é o que provoca um efeito ou, então, é o responsável pela realização do estado de coisas indicado no verbo[....]”
- (d) *sujeito experimentador* – “é aquele que expressa uma experiência ligada a uma disposição mental, uma sensação, uma emoção, uma cognição”.
- (e) *sujeito factivo* – “ é o que instiga ou estimula uma ação, isto é, o que comanda um *agente*. A construção factiva traz

sempre explícito ou implícito um modalizador factivo do tipo *fazer, mandar*”.

- (f) sujeito inativo – “suporte de uma propriedade, condição ou situação expressa pelo predicado”.
- (g) *sujeito paciente* – “é o afetado por aquilo que o verbo expressa. É o que sofre uma mudança de *estado, condição ou posição*”

## 2.8

### Sujeito e Tópico

As definições de *sujeito* têm sido questionadas todas as vezes em que se pretende realizar os estudos das relações sintáticas nas frases. Muitas destes questionamentos, têm sido apresentados, tais como relatou Brito (1994, p.2), em concordância com uma série de fatores, como a dificuldade de se apresentar uma definição de *sujeito* que englobe todos os casos; os problemas relacionados à determinação dos valores semânticos dos argumentos<sup>12</sup> dos verbos; a possibilidade ou não de certos valores semânticos serem próprios, específicos do *sujeito*; a possibilidade ou não de se chegar a uma generalização dos valores semânticos do *sujeito*.

Observando a definição dadas por vários autores já citados, verificamos que em Língua Portuguesa predominam nas gramáticas escolares e livros didáticos uma grande confusão entre *sujeito* e *tópico*. De acordo com David Crystal (ibidem, p.250):

“Tópico é um termo usado na semântica e na gramática como parte de uma caracterização binária da estruturação da sentença, alternativa à caracterização tradicional de sujeito-predicado; o oposto de tópico é comentário. O tópico de uma

---

<sup>12</sup> Argumento é um termo comumente utilizado pela Linguística Americana para determinar na complementação verbal os elementos nominais básicos estudados, segunda a Gramática de Valências sobre a qual falaremos mais adiante. Também denominado espaço ou actante.

sentença é a pessoa ou coisa sobre a qual se fala algo, enquanto o que o que se falou a respeito desta pessoa ou coisa é o comentário.”

A confusão entre *sujeito* e tópico é tão acentuada que praticamente não se faz distinção entre um e outro, nem nas exemplificações dos livros didáticos e menos ainda nas definições. O tópico confunde-se com o *sujeito*, quando ocorre um fenômeno de transformação estudado pela gramática gerativa, que se chama *topicalização*. Remetendo a definição também dada por Crystal (id., ibid., p.250) temos por *Topicalização*:

“ Um termo usado na sintaxe para indicar uma transformação que transpõe um constituinte do meio ou final da cadeia para a posição inicial. (...) A topicalização também ocorre quando um constituinte se desloca para a frente da sentença, para funcionar como tópico”.

Muitos são os exemplos:

(77) *A resposta* darei em um minuto

(78) *Os culpados* prenderemos um a um.

(79) Esse filme não gostei dele.

Observamos os exemplos dados e relacionando-os com a definição de *tópico* apresentada acima, percebemos que o *sujeito* nem sempre contém a informação principal da frase. Em (77), (78), (79) temos como exemplos de tópico: *A resposta*; *Os culpados*, *Esse filme*. Todos os exemplos de *sujeito* são expressos pelas desinências dos verbos.

Algumas vezes, é bem verdade que sujeito e tópico coincidem (Crystal, ibidem, 251); (Pontes, 1886, p. 176) como em ‘ *Um homem* está se aproximando de nós’, mas o que discutimos é que o *sujeito* nem sempre contém a informação principal e quando são distintos, o tópico é que comporta a informação mais importante. Além disso, as definições apresentadas pela maioria das gramáticas de que *sujeito* ‘é o ser sobre o qual se declara algo’, parece mais adequada para a definição de tópico. Vejamos o exemplo abaixo:

(80) *Mate-Leão*, nem *todos* gostam, mas *ele* é o favorito nas praias do Rio.

*Mate-leão* é o tema, o assunto sobre o que se declara algo, sendo, portanto o tópico, a referência principal do enunciado. Por outro lado, o *sujeito* do verbo *gostar* é *todos* e do verbo *ser* é *ele* e nenhum dos dois podem ser confundidos com *tópico*, *ele* é um *sujeito anafórico* que faz referência ao assunto principal, mas não é tópico. Apesar da aparente falta de vínculo sintático do verbo *gostar* com *Mate- Leão* marcada pela ausência de preposição, sabe-se que *Mate-Leão* tem a função sintática de objeto indireto – mesmo que seja reconhecido o *solecismo* – e o conceito de *objeto direto* não pode ser confundido com o de *sujeito*. Assim, *Mate-Leão* é tópico, algo foi declarado sobre ele, sem que o termo em questão fosse *sujeito*.

Pontes (1986) e (1987) estudou de forma abrangente o tópico no português do Brasil e constatou em suas pesquisas que na língua coloquial espontânea usada no dia-a-dia, é grande a quantidade de construções com tópico, da mesma forma que o exemplo (80) :

(81) Os meus cabelos, eles estão cada dia mais brancos.

(82) Fernanda, essa menina não quer nada com os estudos.<sup>13</sup>

Pontes (1987, p.19) refere-se de forma oportuna a conceitos e reflexões apresentadas por Li e Thompson<sup>14</sup>, tais conceitos importam muito para este trabalho porque favorecem a gramática de valências – teoria que apresentaremos no capítulo 3.

<sup>13</sup> Exemplos parafraseados a partir dos que foram apresentados por Pontes (1987, p.12)

<sup>14</sup> Li, C. & THOMPSON, S. – “Subject and Topic: A New Typology of Language”, in Li, C. Ed. Subject and Topic, New York, Academic Press, 1976.

TÓPICO	SUJEITO
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sempre definido;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pode ser indefinido;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ NÃO precisa ter relações selecionais com o verbo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O <i>sujeito</i> liga-se diretamente ao verbo;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Raramente <i>tópico</i> e <i>verbo</i> fazem concordância ;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O <i>sujeito</i> pode estabelecer relação de concordância com o verbo;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O tópico vem sempre na posição inicial da sentença;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O <i>sujeito</i> não precisa vir na posição inicial;</li> </ul>

Ao demonstrarem as características de tópico, os autores – apresentados e citados por Pontes (ibid., p. 19) – destacam a importância do verbo para a distinção de *sujeito* e *tópico*. Estabelecida a distinção entre *sujeito* e *tópico* e observada a função deste último termo, na estruturação sintática de frase, entendemos que a função de *sujeito* em nada se parece com a de *tópico*. Além disso, definições do tipo que sugere o *sujeito* como aquele que contém o assunto principal, relega a *oração sem sujeito* a uma classificação sem sentido ou o predicado assumiria o papel do sujeito, fato pouco provável.

Além de Pontes (1986) e (1987), outros autores como Brito (1991) e (1994) e Perini (1999) contribuíram sobremaneira com pesquisas sobre o sujeito, sujeito e tópico. Perini (1999, p.12), por exemplo, comenta que: “O termo ‘*sujeito*’ corresponde a uma noção unificada e consistente, à qual as regras gramaticais podem fazer referência”. Um exemplo muito interessante dado por Perini (ibid. , p. 15) é :

‘( 5 ) Esse bolo eu não vou comer’<sup>15</sup>

em que o sujeito *eu* não é o termo sobre o qual se faz uma declaração. O termo que ocupa esta função é ‘Esse bolo’, que é o tópico.

A definição dada de *sujeito* é considerada incoerente por Perini (1999), à medida em que vão surgindo outros casos, como o da indeterminação. Atestando que existe uma contradição muito grande entre a definição explícita de *sujeito* e a prática de identificação. Orações com o verbo *chover*: ‘(6) em Belo horizonte chove um bocado’ não têm *sujeito*, mas podem perfeitamente fazer declarações. (Perini, *ibid.*, p.16):

“Se tivesse de apontar a grande falha fundamental da nossa tradição gramatical, eu escolheria justamente essa: a ausência da conscientização adequada do importe teórico das afirmações que constituem a gramática”.

Assim, se existem várias tentativas de se estudar a inviabilidade e impropriedade de se estudar as definições de *sujeito*, acrescentamos com este trabalho mais uma iniciativa, motivados por exemplos do tipo :

(83) Carnes secam ao sol

(84) Roupas secam no varal

(85) O vento seca seus cabelos

(86) O pudim cozinhou em fogo baixo

(87) As mães cozinham para todos os escoteiros.

Estes exemplos serão retomados no capítulo 4. Até agora não encontrei nas gramáticas tradicionais, definições que contemplassem os *sujeitos* ocorridos nestas frases: em (83), (84) e (85) *os sujeitos* não praticam a ação, muito embora o verbo esteja na voz ativa . Em (83) o verbo é o mesmo de (84) e (85), mas a

---

<sup>15</sup> Exemplo do autor

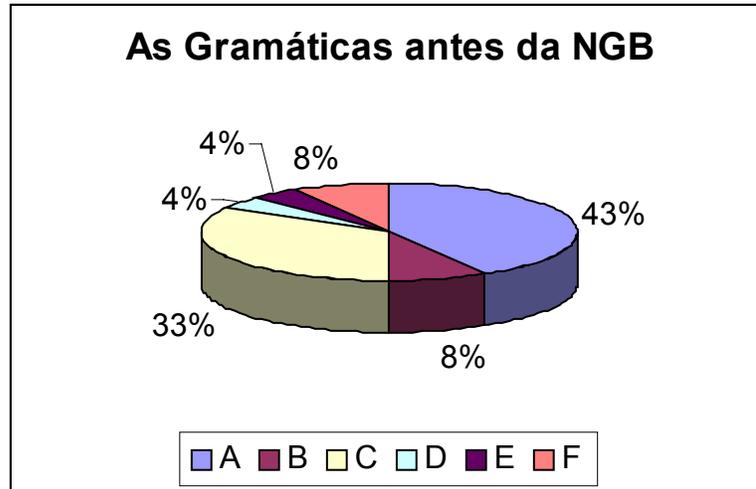
definição de *sujeito* de um não se aplica ao outro e o mesmo ocorre em (86) com relação a (87), em que os papéis desempenhados pelos *sujeito* são diferentes.

## 2.9

### **Algumas considerações preliminares sobre as definições de *Sujeito***

Conforme observamos em todas as gramáticas analisadas, antes da NGB, tratam de forma quase que homogênea as definições de *sujeito*. Com a intenção de organizar as informações que obtive, apresentarei o gráfico abaixo. Foram pesquisadas dez (10) gramáticas e o resultado obtido foi o seguinte:

- Dez (10) gramáticas definem o sujeito como tópico – o que corresponde no gráfico a 43%, na legenda letra ‘A’;
- Duas (02) definem *sujeito* como agente, espaço ‘B’, igual a 8%;
- Oito (08) apresentam o *sujeito* como termo essencial da oração –, na legenda ‘C’ equivale a 33%;
- Uma (01) apresenta apenas o *sujeito* como termo principal da oração, espaço ‘D’, equivale a 4%;
- Uma (01) apresenta a definição de *sujeito* como substantivo (ligado à classe de palavras), espaço ‘E’, equivale a 4% –
- Duas (02) apresentam a definição de *sujeito* como aquele que concorda com o verbo – espaço ‘F’, equivale a 8%;



Com base nestes dados e em todas as definições compiladas nesta primeira parte desta dissertação, observamos com certa predominância uma tendência já verificada por Pontes (1987, p. 60 -64) de que cada vez a noção de *sujeito* confundesse com tópico, agente e em alguns casos ( certos de que com esta definição todos os problemas estariam resolvidos) apresenta-se o *sujeito* como aquele que concorda com o verbo.

Vale a pena comentar que ao apresentar as definições dadas pelos gramáticos, Pontes (ibidem, p. 121) faz referências dentre os gramáticos pesquisados por ela<sup>18</sup> a Napoleão Mendes de Almeida como o único a mencionar o sujeito como a agente. Praticamente, os mesmos autores foram pesquisados por mim, com exceção de Otoniel Mota e Antenor Nascentes, alguma diferença há que se apresentar. Eduardo C. Pereira (1907), anterior a Napoleão Mendes de Almeida faz menção ao sujeito como agente. Também Ehipanio Dias em 1917 já apresentava os verbos impessoais e o sentido *translato* com os quais podem ser usados, entende-se por sentido *translato* a possibilidade de o verbo tornar-se pessoal como em:

(22) ‘ Chovião tormentes nos mártires’ (Ceyta, 194) (sujeito= tormentes)

<sup>18</sup> As obras consultadas por Pontes (ibid. , p. 121) foram : Ernesto Carneiro Ribeiro, Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, Evanildo Bechara, Othoniel Mota, Napoleão Mendes de Almeida, Rocha Ima , Said Ali e Celso Cunha.

mais tarde esta questão foi retomada por vários autores, dentre eles Perini (1999) como uma característica da definição de sujeito que a torna imprópria.

Em última análise, Pontes (1986, p. 127) acrescenta:

“ A gramática dá uma definição que não é suficiente para o aluno saber reconhecer o que os gramáticos consideram como sujeito. Na verdade, o ensino se baseia muito mais nos exercícios do que na definição. (...) Eles reconhecem as definições, mas elas não ajudam muito.”